

Leitura de jornais: Aspectos de uma prática minoritária

*Ana Horta*¹

Em anos recentes alguns autores afirmaram a importância da leitura de jornais para uma eficaz edificação do conhecimento e do interesse pela participação política (Lauf, 2001: 233), dimensões decisivas para o exercício da cidadania. Esta chamada de atenção sobre o papel da imprensa nas sociedades democráticas surge num contexto em que o exponencial desenvolvimento das tecnologias da informação tem captado parte significativa da investigação produzida em sociologia da comunicação. Perante esta mobilização científica instigada pela tematização política e económica da evolução tecnológica, os mais velhos media têm ficado na sombra. No entanto, a imprensa continua a desempenhar um papel fundamental na configuração do espaço público e, na medida em que pode contribuir para a compreensão das questões políticas, importa conhecer como está a desenvolver-se a leitura de jornais.

Em Portugal tem sido diagnosticada uma «fraca interacção» entre a imprensa e a opinião pública (Oliveira, 1995), denunciada pela inexistência de um massivo público leitor de jornais (Seaton e Pimlott, 1983), não obstante existir uma forte relação, ou mesmo «interpermutação» (Garcia, 1995), entre a imprensa e a elite política. No passado, esta diferenciação manifestou-se num profundo distanciamento entre a «maioria sociológica» e as «minorias ideológicas», de modo que a monopolização do poder simbólico pelas elites acentuou o fosso comunicacional entre estas e as massas (Cabral, 1998).

Este afastamento entre a imprensa e a generalidade da população torna-se evidente na comparação com outros países europeus. Em média, nos quinze países da União Europeia, 46% dos indivíduos afirma ler jornais quase todos os dias da semana. Os níveis mais elevados observam-se na Finlândia (77,8%), na Suécia (77,7%), na Alemanha (65,5%) e no Luxemburgo (62,7%), enquanto nos países do sul se verificam os níveis mais baixos: 25,1% em Portugal, 24,8% em Espanha e 20,3% na Grécia. É também nestes três últimos países que um maior número de indivíduos afirmam nunca lerem jornais, respectivamente, 30,5%, 23,4% e 25,5%. (Eurobarómetro, 2002). A disparidade de valores acentua-se quando comparada a circulação de jornais por mil habitantes relativamente aos países nórdicos. Em 2001 circularam em Portugal 91,2 exemplares de jornais diários por cada mil habitantes adultos, contra 705,5 exemplares na Noruega ou 543,4 na Suécia (Obercom, 2003: 22)

Estes dados sugerem que os baixos índices de leitura de jornais característicos dos países do sul da Europa, em contraposição ao que se passa a norte, estejam relacionados com os níveis de vida verificados nos respectivos países. Com efeito, e sem excluir a intervenção de outras variáveis, foi já sugerido que parte significativa da variação entre países da circulação de jornais está associada ao nível de rendimento das populações (Macedo, 1983: 56).

Tendo em conta que, desde a década de 60, diversos factores aceleraram importantes mudanças em Portugal e, nos dias de hoje, nalgumas dimensões, o país revela marcas de modernidade avançada (Machado e Costa, 1998), poderá colocar-se a questão de esta tendência de convergência geral da realidade nacional relativamente aos padrões europeus estar a permitir que, também no campo da relação entre o público e a imprensa, se produza uma mudança que permita inflectir a tradicionalmente baixa leitura de jornais.

Nesse sentido, de seguida analisam-se alguns dados estatísticos relativos à realidade portuguesa segundo as principais variáveis geralmente consideradas influentes na prática da leitura de jornais. Antes, porém, torna-se necessário fazer algumas observações de carácter metodológico. A utilização de estatísticas oficiais apresenta-se fortemente condicionada pela escassez de dados relativos à leitura de jornais: existem registos das tiragens anuais totais de

¹ Docente da Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa a realizar doutoramento em Sociologia da Cultura e da Comunicação no ISCTE com o apoio do PRODEP.

diários e semanários apenas desde o final dos anos 60, além do que, as tiragens traduzem o número de exemplares impressos, não dando conta da recepção por parte do público.

Outros organismos, como a Associação Portuguesa para o Controlo da Tiragem e Circulação (APCT) ou o Observatório da Comunicação (Obercom) compilam e publicam dados mais específicos relativos à circulação de jornais, entre outros aspectos, no entanto, não permitem desenvolver uma abordagem da leitura. No caso de empresas, como a Markttest, que realizam medições de audiência, embora utilizem – e disponibilizem – dados que dão conta de diversas variáveis sociais, por terem como objectivo estipular o «valor de mercado» dos diversos meios, recorrem a elevados níveis de padronização dos dados que não permitem aprofundar análises sociológicas. Outra fonte de informação consiste em inquéritos ou sondagens realizadas por organismos públicos, como o Eurobarómetro, ou mesmo alguns escassos inquéritos científicos. Mas mesmo nestes casos, surgem alguns problemas, ou pelas diferentes metodologias utilizadas e consequente dificuldade na comparação dos dados, ou pela irregularidade com que são produzidos, ou ainda por sofrerem do efeito nas respostas obtidas da percepção da «desejabilidade social», que leva os inquiridos a declararem ter práticas, socialmente tão valorizadas como as de leitura, com mais frequência do que na realidade têm.

Dito isto, o factor mais frequentemente utilizado para explicar os baixos índices de leitura em Portugal tem sido o nível de analfabetismo da população, com base no pressuposto de que a variação na prática de leitura de jornais está relacionada com o nível de escolaridade atingido pelos indivíduos. Tradicionalmente, o analfabetismo entre os portugueses é muito elevado, tendo atingido mais de 70% da população no início do século XX (INE, 1956), mas uma das importantes transformações sociais verificadas na sociedade portuguesa nas últimas décadas diz precisamente respeito à escolarização da população. Com efeito, desde os anos 60 a diminuição do analfabetismo tem sido constante e relativamente rápida. Segundo as estatísticas oficiais, a população analfabeta representava, em 1960, 40,3% do total, em 1970 tinha descido para 33,6%, em 1980 era já de 26,4% e, em 1991 correspondia a 15,3% do total da população residente (Barreto, 2000: 103). Este movimento de progressiva escolarização continuou a verificar-se nos últimos anos, pelo que em 2000 a população dos 15 aos 64 anos sem qualquer grau de instrução representava 8,9% do total, sendo que a proporção de mulheres nesta situação era de 11,5%, enquanto no caso dos homens era de 6,1% (INE, 2002: 37).

Além do analfabetismo, deverá ter-se em consideração a distribuição da população pelos vários níveis de escolaridade atingidos. A este respeito, segundo as estatísticas oficiais, em 2000 cerca de 30% da população dos 15 aos 64 anos não tinha atingido qualquer grau de ensino. A proporção da população que tinha atingido o ensino básico era de 70,3%, apenas 13,5% tinha atingido o ensino secundário e 7,3% tinha atingido o ensino superior (INE, 2002: 37). Estes dados parecem bastante significativos na medida em que a formação escolar geralmente permite a aquisição de competências necessárias à prática de leitura de jornais.

Com efeito, tal como mostra o **Quadro 1**, são os detentores de diplomas do ensino superior quem mais afirma ler jornais todos os dias, em contraste com os menos escolarizados que em maior proporção respondem raramente ou nunca ler jornais.

Quadro 1. Frequência de leitura de jornais por graus de ensino, na população dos 15 aos 64 anos, em 1994 (em %)

	Todos os dias	Algumas vezes por semana	Algumas vezes por mês	Raramente	Nunca
Sem grau	1,4	4,5	9,6	31,8	52,7
Básico-1	14,2	21,7	16,8	28,2	19,1
Básico-2	19,9	25,8	13,8	28,7	11,8
Básico-3	28,6	31,2	19,2	16,7	4,3
Secundário	28,4	42,1	14,6	12,3	2,6
Superior	41,6	41,9	9,3	5,5	1,6

Fonte: Estudo Nacional de Literacia (Benavente, 1996: 44)

Continuando a verificar-se a generalização da escolaridade e a elevação do nível médio de instrução na população portuguesa, é previsível que esta variável deixe de ser um factor discriminante relativamente à leitura de jornais. Efectivamente, desde o final dos anos 90, em vários países europeus, a educação já não é considerada um indicador com influência na leitura de jornais (Lauf, 2001: 238).

Sabe-se já que a escolarização, por si só, não garante que a população demonstre capacidade de processamento da informação escrita na vida quotidiana. O recente conceito de literacia veio permitir distinguir claramente a obtenção de graus de instrução formal e as competências reais de uso da informação nas práticas correntes. Não pode considerar-se que a literacia de uma população possa deduzir-se dos níveis de escolaridade formal atingidos nem manter-se constante ao longo do tempo, uma vez que depende dos níveis de exigências sociais que a cada momento as sociedades vão estabelecendo (Benavente, 1996: 4-5).

Na actual «sociedade da informação» alguns níveis de exigência parecem ser cada vez mais elevados, de modo que num estudo da literacia realizado em 1998 nos países da OCDE verificou-se que entre um e três quartos da população adulta destes países não atingia o nível mínimo de competências para fazer face aos desafios que se lhe colocavam (Sanches, 2000).

Em Portugal o primeiro Estudo Nacional de Literacia revelou que, na população entre os 15 e os 64 anos, quase metade não ultrapassa o nível 1 de literacia. De facto, 10,3% situam-se no nível 0, isto é, demonstram total incapacidade de processamento de informação escrita; 37% situam-se no nível 1; 32,1% no nível seguinte; já só 12,7% situam-se no nível 3; e apenas 7,9% situam-se no nível mais exigente (Benavente, 1996: 121). A distribuição destes resultados por frequência de leitura de jornais confirma a importância discriminante deste factor (**Quadro 2**).

Quadro 2. Frequência de leitura de jornais por níveis de literacia, na população dos 15 aos 64 anos, em 1994 (em %)

	Todos os dias	Algumas vezes por semana	Algumas vezes por mês	Raramente	Nunca
Nível 0	4,7	7,5	9,9	25,3	52,6
Nível 1	9,8	15,1	13,1	33,2	28,8
Nível 2	21,8	29,4	18,1	20,9	9,7
Nível 3	31,0	38,1	13,6	15,5	1,7
Nível 4	33,7	38,3	16,7	10,8	0,5

Fonte: Estudo Nacional de Literacia (Benavente, 1996: 149)

Em estreita relação com a escolaridade e a literacia, a ocupação profissional é outro factor relevante para a compreensão dos hábitos de leitura de jornais. Efectivamente, tal como pôde concluir-se do Inquérito aos Hábitos de Leitura de 1997, a prática da leitura nos tempos livres encontra-se com mais frequência nos grupos sócio-profissionais onde se verifica uma maior necessidade de competências de leitura e de escrita (Freitas, Casanova e Alves, 1997).

Segundo uma medição da audiência média dos jornais generalistas nacionais, os quadros médios e superiores lêem com uma frequência bastante acima da média da população, em acentuado contraste com a frequência de leitura dos trabalhadores não qualificados nem especializados (**Quadro 3**).

Quadro 3. Audiência média de jornais nacionais, por ocupação

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Quadros médios/superiores	13,9	15,3	15,8	14,5	13,3	12,3	10,6
Estudantes	5,3	5,9	5,7	5,4	5,3	4,3	3,8
Trab. não qualificados/especializados	2,5	3,3	3,0	2,7	2,0	2,4	2,1
Total da população	4,6	5,5	5,6	5,2	4,7	4,6	4,4

Fonte: Markttest/Bareme Imprensa²

² Todos os quadros aqui apresentados com base em dados da Markttest/Bareme-Imprensa dizem respeito ao primeiro semestre de cada ano e consideram os seguintes diários – *Jornal de Notícias*, *Correio da Manhã*, *Público*, *Diário de Notícias*, *A Capital* – e semanários – *Expresso*, *O Independente*, *Tal & Qual*,

O facto de ao grupo dos estudantes corresponderem níveis de audiência próximos da média do total da população parece sugerir que o desenvolvimento, ou cultivo, da prática de leitura de jornais esteja dependente não só do prolongamento da formação escolar (trata-se de indivíduos com 15 ou mais anos), mas também da efectiva inserção profissional. Outro factor condicionante poderá ser a escassez do rendimento disponível. Noutros países europeus o rendimento é considerado um indicador particularmente relevante da leitura diária de jornais (Lauf, 2001: 238). Não dispondo de dados relativos ao rendimento, poderá usar-se como indicador deste a classe social, embora neste conceito se conjugue o capital económico com o cultural.

Segundo os índices de audiência média de jornais da Markttest, há uma evidente correspondência entre a classe social e o contacto com jornais, de modo que entre 1996 e 2002 cerca de 13% dos indivíduos pertencentes à classe mais elevada contactaram com a última edição de pelo menos um dos jornais nacionais considerados, enquanto apenas 2% dos indivíduos pertencentes à classe mais baixa fez o mesmo.

Quadro 4. Audiência média de jornais nacionais, por classe social

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Alta	13,6	15,8	14,6	14,1	13,3	12,2	10,5
Média alta	10,5	10,9	12,3	10,6	9,4	9,1	8,2
Média	5,7	7,4	6,8	6,4	5,7	5,5	5,7
Média baixa	2,8	3,9	4,6	3,7	3,4	3,3	3,2
Baixa	2,0	2,1	2,2	1,9	1,7	1,8	1,7

Fonte: Markttest/Bareme Imprensa

De igual modo, os resultados do Inquérito às Práticas Culturais realizado em 1994 aos habitantes da Grande Lisboa evidenciaram uma relação «directamente proporcional» entre a propensão à leitura de jornais e a posição na hierarquia social, de modo que 61,8% dos inquiridos com status social alto e 53,7% dos com status médio superior afirmaram ler jornais regularmente, enquanto, em situação inversa, 51,8% dos inquiridos com baixo status social responderam raramente ou nunca ler jornais (Pais, 1994: 108 e 236).

Uma outra variável influente na prática de leitura de jornais é o género. Num Inquérito aos Hábitos de Leitura, verificou-se que 82,5% dos inquiridos do sexo masculino declararam ler «habitualmente» algum tipo de jornal, enquanto apenas 56,7% das mulheres declararam o mesmo (Freitas, Casanova e Alves, 1997: 175-177). Também os níveis de audiência média da Markttest revelam uma assimetria em que a frequência com que as mulheres contactam com jornais é cerca de metade da dos homens (**Quadro 5**).

Mas como demonstram os resultados do Inquérito às Práticas Culturais dos Lisboaetas, há que fazer algumas especificações acerca da leitura praticada por homens e mulheres. Enquanto relativamente à leitura de livros (outros que não de estudo ou profissionais) praticamente não há diferença entre sexos, quanto a revistas as mulheres declararam-se mais frequentemente leitoras regulares (43,2% contra 33,6% dos homens). Mas tratando-se de jornais, apenas 30,2% das mulheres declararam ler regularmente (contra 49,1% dos homens), enquanto 44,4% declararam raramente ou nunca ler (contra 26,6% dos homens). No entanto, inquiridos sobre o tipo de jornais habitualmente lidos, verificou-se que 51,6% dos homens e somente 5,3% das mulheres declararam ler jornais desportivos (Pais, 1994: 106 e 233-234). Em contrapartida, as publicações periódicas mais vendidas no país são em grande medida revistas dirigidas ao público feminino.

Semanário. Por audiência média entenda-se a percentagem de indivíduos que contactaram com a última edição de dado jornal.

Quadro 5. Audiência média de jornais nacionais, por género

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Masculino	6,4	7,9	8,0	7,0	6,3	6,1	5,7
Feminino	3,0	3,4	3,5	3,5	3,3	3,1	3,1

Fonte: Markttest/Bareme Imprensa

Observando mais uma vez as audiências medidas pela Markttest (**Quadro 6**), verifica-se que, se relativamente a diários generalistas, como o *Correio da Manhã*, o *Jornal de Notícias* ou o *Público*, a proporção de leitores do género feminino entre 1996 e 2002 rondou 30% do total (embora no caso deste último tenha atingido 40,3%, no que parece ser uma ligeira tendência de subida), no caso de semanários como o *Expresso* ou o *Semanário*, essa proporção é superior, diversas vezes ultrapassando 40%. Já a *Visão*, revista semanal de informação, é lida muito igualmente por homens e mulheres.

Quadro 6. Proporção da audiência média do género feminino

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Jornal de Notícias	29,6	27,6	30,4	30,3	32,1	31,0	32,9
Correio da Manhã	36,9	33,2	32,8	33,0	33,2	38,7	33,2
Público	29,1	31,3	35,1	35,3	40,3	35,5	38,9
Expresso	39,1	36,5	35,8	40,7	41,9	41,3	43,6
Semanário	42,3	39,1	35,5	46,5	42,5	56,4	38,8
Visão	42,9	45,3	46,8	50,0	46,3	50,2	51,1

Fonte: Markttest/Bareme Imprensa

Com base nos dados acima apresentados relativamente à influência da escolaridade e da ocupação profissional na leitura de jornais, e sabendo-se que nas últimas décadas as mulheres têm progressivamente melhorado as suas condições sociais de existência, ganhando um crescente acesso a formas de capital cultural e económico, poderá sugerir-se que no futuro a repartição por género da leitura de jornais possa tornar-se mais igualitária.

Uma outra dimensão importante na caracterização da leitura de jornais diz respeito à variável idade. A este nível convém ter presente que, em geral, pelo processo de escolarização da população, as gerações mais novas tendem a apresentar níveis de instrução mais elevados que as gerações mais velhas – veja-se por exemplo que 48% dos indivíduos no nível 0 da literacia situam-se no escalão etário dos 55 aos 64 anos (Benavente, 1996: 123). Segundo os resultados de dois inquéritos (Pais, 1994: 106; Freitas, Casanova e Alves, 1997: 177), e também com base nas audiências médias apresentadas no (**Quadro 7**), é quando as idades são mais elevadas que os níveis de leitura de jornais são mais baixos. Entre os que habitualmente mais lêem jornais, estão os mais jovens, sobretudo até ao escalão entre os 30 e os 44 anos.

Quadro 7. Audiência média de jornais nacionais, por classes etárias

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
15-17 anos	3,5	4,0	3,8	3,8	3,4	3,0	2,5
18-24 anos	5,4	6,3	5,9	5,6	5,6	4,9	4,8
25-34 anos	5,7	7,0	6,3	6,7	5,4	5,3	6,1
35-44 anos	6,5	6,6	7,4	6,8	5,8	6,1	5,6
45-54 anos	4,9	6,7	6,2	5,9	5,2	5,0	4,1
55-64 anos	3,4	3,9	5,3	4,4	4,1	3,7	3,8
Mais de 64 anos	2,1	3,6	3,2	2,5	2,3	2,4	2,3

Fonte: Markttest/Bareme Imprensa

Estes dados sugerem que as condições sociais que geralmente correspondem aos diferentes períodos de vida afectam a prática de leitura de jornais. Assim, e tendo em conta que, nas respostas ao Inquérito à Ocupação do Tempo (INE, 1999), a razão mais frequentemente declarada para a não leitura de jornais foi a falta de interesse (34,1%), poderá pensar-se que, efectivamente, nalguns sectores da população mais velha, o

enfraquecimento dos laços com a comunidade, por já não se encontrarem profissionalmente activos, disporem de limitados recursos financeiros e culturais ou estarem isolados da família e amigos, podendo traduzir-se numa situação de efectiva exclusão social, conduzam a um alheamento da informação sobre a actualidade.

Mas a relevância da variável idade na leitura de jornais parece também estar relacionada com outros factores, como é o caso da situação perante o trabalho, dado que nos escalões etários em que geralmente se desempenha uma actividade profissional os indivíduos com frequência declaram ler jornais.

Os dados obtidos no Inquérito à Ocupação do Tempo (INE, 1999) vêm corroborar os anteriores, no entanto, pela diferente divisão em classes etárias, enfatizam o hábito de leitura de jornais entre os mais jovens (**Quadro 8**). Mas o que os torna realmente interessantes é que, ao permitir o cruzamento com a variável género, revelam que efectivamente as mulheres estão a abandonar a tradicional situação de não-leitoras de jornais. Com efeito, é no grupo etário mais baixo, dos 15 aos 34 anos, que se encontram mais mulheres (cerca de 60%) a declarar ter o costume de ler jornais. Parece provável que quando esta geração alcançar os grupos etários mais elevados continue a manifestar em parte este hábito adquirido na juventude.

Quadro 8. Hábito de leitura de jornais, por grupo etário e género

	Total	Homens	Mulheres
15-24 anos	66,7	74,4	58,9
25-34 anos	67,3	78,2	56,4
35-54 anos	64,6	77,9	52,2
55-64 anos	49,3	67,0	33,9
65 ou mais anos	32,2	45,5	23,0

Fonte: INE, *Inquérito à Ocupação do Tempo*, 1999.

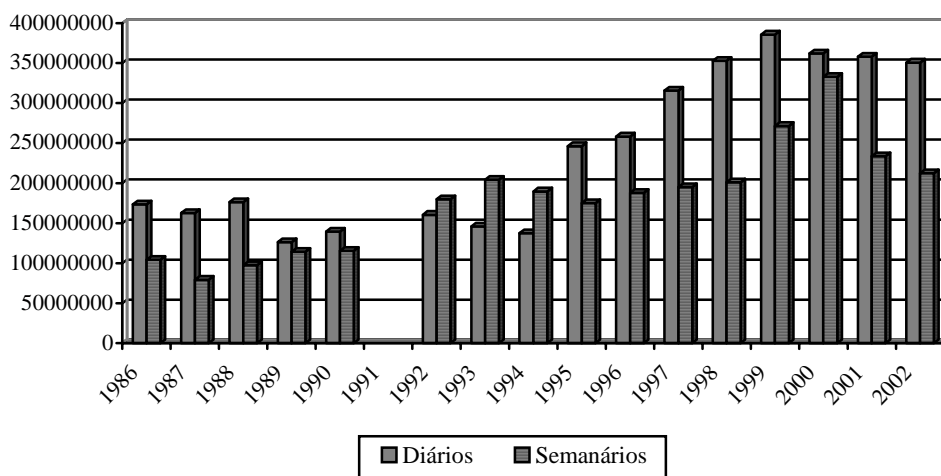
Curiosamente, entre os homens parece observar-se um efeito contrário, dado que na classe etária mais baixa a proporção de leitores habituais de jornais (74,4%) é inferior à da classe que o precede (78,2%).

Outro tipo de factores, relacionados com características internas do sistema dos media e da imprensa, terão influência na leitura de jornais. Nesse sentido, importa ter presentes alguns aspectos da evolução recente da imprensa portuguesa.

Entre a década de 80 e a de 90 a imprensa portuguesa beneficiou de uma conjuntura económica favorável. Entre outros factores, o desenvolvimento do investimento publicitário, a privatização e modernização de jornais como o *Diário de Notícias* e o *Jornal de Notícias* e a fundação do *Independente* (1988) e do *Público* (1990), ou até da revista *Visão* (1993), contribuíram para melhorar a qualidade técnica mas também informativa da imprensa (Oliveira, 1995). O efeito destas mudanças no volume das tiragens revelou-se em meados dos anos 90. Como pode constatar-se pelo gráfico 1, embora com alguma irregularidade sobretudo entre os semanários, registou-se uma genérica subida das tiragens dos jornais generalistas nacionais.

Segundo outro indicador, entre 1985 e 1997 Portugal duplicou o consumo de papel de jornal por 1000 habitantes: de 4.069kg passou para 8.009kg (UNESCO, 1999: IV-178).

Gráfico 1. Jornais diários e semanários: tiragem anual total, 1986-2002



Fonte: INE, *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio*, 1986-2002.

Apesar de na presente comunicação a análise estar centrada nos diários e semanários generalistas nacionais, importa relativizar a circulação deste tipo de jornais no conjunto das publicações comercializadas no país. Segundo dados da APCT, entre Janeiro e Setembro de 2002 as publicações com mais elevadas médias de exemplares vendidos (ou oferecidos) eram essencialmente revistas femininas, de lazer, turismo e viagens, de interesse geral ou de televisão, caso da *Maria* (308.942), *Certa* (209.889), *Tempo Livre* (191.374), *Nova Gente* (178.521), *Seleções do Readers's Digest* (161.828), *Telenovelas* (160.786) e *TV 7 Dias* (153.639). Só depois surgia o *Expresso* (141.354), seguido da revista *Caras* (116.635). Os principais diários generalistas, o *Jornal de Notícias* e o *Correio da Manhã* tiveram uma circulação de, respectivamente, 107.545 e 100.526 exemplares. Outros diários nacionais, como o *Público* (57.489), o *Diário de Notícias* (55.029) ou o *24 Horas* (38.203), ficaram bastante abaixo daqueles valores, mas acima dos principais jornais regionais, os semanários *O Mirante* (22.024) e o *Jornal do Fundão* (19.826) e o *Diário de Notícias da Madeira* (16.464).

No conjunto dos mass media, a televisão ocupa um lugar preponderante nas práticas culturais da população: 85% dos indivíduos declaram ver televisão diariamente, enquanto 57,7% afirmam costumar ler jornais, embora destes só 37,6% afirmem ler todos ou quase todos os dias, 23,3% afirmem ler várias vezes por semana, 24,4% digam ler uma vez por semana e 14,7% declarem ler menos do que uma vez por semana (INE, 1999).

O desenvolvimento do acesso à internet e o investimento nas edições electrónicas de jornais poderá representar uma nova forma de leitura de jornais, já que em 2001 os jornais estavam entre as páginas e portais com mais notoriedade entre os utilizadores da internet. Além disso, 53,6% dos indivíduos que utilizam a internet declaram fazê-lo com a finalidade de obterem notícias (Obercom, 2003: 28). Mas esta forma de leitura electrónica não deixa de representar um novo tipo de concorrência relativamente ao jornal em suporte de papel.

Para finalizar, poderá dizer-se que, pelos diversos aspectos focalizados, as transformações sociais das últimas décadas no país parecem estar a contribuir para uma evolução positiva na prática de leitura de jornais sobretudo entre as mulheres.

No entanto, outros factores, como o processo de envelhecimento da população, pelas razões atrás enunciadas, poderão impedir que no futuro Portugal deixe de ser um país onde 44% da população (Eurobarómetro, 2002) afirma não ler nenhum jornal.

Fontes

- Eurobarómetro* (2002) «A participação dos europeus nas actividades culturais», 56.0 (Junho), <http://europa.eu.int/comm/public_opinion/index.htm>
- INE (1956) *Estatística da Educação Ano Lectivo 1954-55*, Lisboa: INE.
- INE (1986-2002) *Estatísticas da cultura, desporto e recreio*, Lisboa: INE.
- INE (1999), *Inquérito à Ocupação do Tempo*, <<http://www.ine.pt>>
- INE (2002), *Indicadores Sociais – 2000*, Lisboa: INE.
- Marktest (1996-2002), *Relatórios Bareme Imprensa*.
- Obercom (2003) *Anuário da Comunicação 2002-2003*, Obercom.
- UNESCO (1999) *Statistical Yearbook 1999*, UNESCO.

Referências bibliográficas

- BARRETO, António (org.) (2000), *A Situação Social em Portugal 1960-1999, Indicadores sociais em Portugal e na União Europeia*, vol. II, Lisboa: ICS.
- BENAVENTE, Ana (coord.) (1996), *A Literacia em Portugal*, Lisboa: FCG/CNE.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1998) «Maioria sociológica e minorias ideológicas», pp. 153-172, AAVV, *Portugal na Transição do Milénio. Colóquio internacional*, Fim de Século.
- FREITAS, Eduardo de, José Luís CASANOVA e Nuno de Almeida ALVES (1997), *Hábitos de Leitura. Um inquérito à população portuguesa*, Lisboa: Dom Quixote.
- GARCIA, José Luís (1995), «Os jornalistas portugueses enquanto actores do espaço público mediatizado. Legitimidade, poder e interpermutação», pp. 365-382, *Revista de Comunicação e Linguagens*, 21-22.
- LAUF, Edmund (2001) «Research note: the vanishing young reader», *European Journal of Communications*, 16 (2): 233-243.
- MACEDO, Jorge Braga de (1983) «Newspapers and democracy in Portugal: the role of market structure», pp. 55-89, Kenneth Maxwell, *The Press and the Rebirth of Iberian Democracy*, Westport/London: Greenwood Press.
- MACHADO, José Luís e António FIRMINO DA COSTA (1998), «Processos de uma modernidade inacabada», pp. 17-44, J. M. Leite Viegas e A. Firmino da Costa (org.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras: Celta, 2ª ed.
- OLIVEIRA, José Manuel Paquete de (1995) «Comunicação social, verso e reverso do país real e imaginário», pp. 369-389, AAVV, *Portugal Hoje*, INA.
- PAIS, José Machado (coord.) (1994), *Práticas Culturais dos Lisboaetas*, Lisboa, ICS.
- PINTO, José Silva (2001) «O estranho caso do país que não lê», *Jornalismo e Jornalistas*, 8 (Out./Dez.): 6-15.
- SANCHES, Andreia (2000) «Iliteracia quase nos 80 por cento», *Público*, 15 de Junho.
- SEATON, Jean e Ben PIMLOTT, (1983) «The Portuguese media in transition», pp. 93-115, Kenneth Maxwell, *The Press and the Rebirth of Iberian Democracy*, Westport/London: Greenwood Press.